

FERNANDES, João Luís Jesus (2008); “Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens”, in *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*; Eumed.Net; Universidad de Málaga (Edição em CD-ROM) ISBN-13: 978-84-691-1018-8.

Cuarto Encuentro Internacional sobre

Pobreza

Desigualdad y Convergencia

Los Objetivos del Milenio

del 7 al 25 de marzo de 2008

PONENCIA

**IMPLANTAÇÃO DE PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO,
DESTERRITORIALIZAÇÃO E VULNERABILIDADE DAS
POPULAÇÕES: O CASO DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS**

João Luís Jesus Fernandes

(jfernandes@fl.uc.pt)

Instituto de Estudos Geográficos

Universidade de Coimbra

PORTUGAL

Resumo

A exequibilidade dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, enquanto discurso normativo e definição de metas que orientem a intervenção sobre diferentes variáveis do desenvolvimento, deve ser entendida no actual contexto de interdependência global. O sistema cria mais riqueza mas não é fácil a captação destas mais valias para políticas efectivas de promoção do bem-estar. Uma vez que circulam por um espaço fluxo de natureza topológica, os fluxos financeiros têm difícil regulação. Essa desregulação, em conjunto com a crescente interdependência global dos fenómenos económicos, políticos, sociais e ambientais, aumenta a vulnerabilidade das populações. Para além disso, as bolsas de pobreza resultam de factores como a débil resiliência e a efectiva desterritorialização de muitas comunidades humanas. A quebra de laços funcionais e

simbólicos entre as populações e os seus territórios, por crises e catástrofes naturais, mas também por projectos de desenvolvimento pouco discutidos, é um factor de acréscimo de insegurança. A construção de barragens está entre essas frequentes causas de deslocação forçada de populações e consequente desterritorialização das mesmas. A pobreza, enquanto fragilidade sistémica, deve ser entendida na respectiva relação directa com todos estes factores.

Palavras-chave: Pobreza, desterritorialização, barragens

A Sociedade de Risco no início do século XXI – a resiliência e a desterritorialização

Vive-se uma época crítica e contraditória nas análises sobre o desenvolvimento, a pobreza, as vulnerabilidades, a insegurança e a complexa distribuição, social e espacial, do poder económico e do poder político.

Esta crescente dificuldade tem várias razões. Uma das mais importantes reside nas novas territorialidades do capital, que resultam quer do protagonismo de novos agentes e perda de influência de outros, como os Estados, quer das mudanças tecnológicas aplicadas à mobilidade e à circulação. A economia mundial, pela sua capacidade tecnológica de exploração de recursos, mas também pela pressão que existe por parte da procura de bens de consumo, cria agora mais riqueza. O desajustamento é também consequência da territorialidade dessas mais valias, outrora vinculadas a territórios restritos e a agentes com menor capacidade de circulação. Na actualidade, assiste-se a uma crescente desvinculação espacial da riqueza, que apresenta uma territorialidade mais complexa e animada pela velocidade de circulação do capital financeiro. Este movimenta-se por um espaço mais de métrica topológica e menos de geometria euclidiana, com vértices organizados em redes e vias imateriais de contacto. A fluidez deste sistema escapa aos tradicionais mecanismos de controlo e regulação, estes muito associados a um espaço geográfico contínuo e fragmentada, sobretudo num mosaico de Estados-Nação. Por isso se adjectiva esta etapa da globalização como um período de desregulação, com crescente poder de agentes multiterritoriais, como as multinacionais, e menos poder de intervenção de actores com uma lógica espacial de geometria contínua, como ocorre como os Estados. Estas mudanças na arquitectura espacial do sistema global de relações têm consequências contraditórias no

desenvolvimento das populações e dos territórios. Se, por um lado, permite a criação de mais riqueza, por outro, desqualifica os tradicionais agentes de redistribuição desse poder, aqueles que foram, durante muito tempo, os mais vocacionados para a organização de políticas de equidade social e territorial – os Estados.

Este facto, uma das características mais marcantes do pós-fordismo, tem de ser entendido no contexto da compressão do espaço-tempo, expressão de David Harvey (2002) que ilustra os contactos, os fluxos, as interdependências que derivam, sobretudo, das inovações tecnológicas no domínio dos transportes e das comunicações. As viagens no tempo e no espaço são agora mais fáceis, as distâncias relativas estreitam-se e ocorrem mais acontecimentos em menos tempo.

Esta compressão tem efeitos directos na economia, nos movimentos sociais e políticos e nas questões ambientais. O mundo move-se numa realidade sistémica de forte interdependência, quer entre as diferentes variáveis desse poliedro, quer entre os diferentes lugares e escalas geográficas. Na actualidade, cada local depende de factores que, na verdade, pouco controla, factores cuja origem é longínqua. Este discurso, se bem que aponte para uma aparente passividade e fatalidade, coloca novos desafios a cada governação à escala do micro-território. Essa governação exige espírito crítico, capacidade de análise e interpretação da realidade, para assim se organizarem respostas activas.

Apesar da margem de intervenção que ainda existe, todo este sistema traz maiores imprevisibilidades e, por estas, maior grau de vulnerabilidade das populações, num quadro social que circula, que se movimenta, que torna efémero o que antes se garantia como perene. De certo modo, esta dispersão social e espacial do risco, seja este económico, político, tecnológico ou ambiental, contraria o discurso optimista da modernidade e da metanarrativa do progresso. Afinal, o desenvolvimento não é um caminho inabalável em direcção ao bem-estar e à prosperidade. A leitura do mundo contemporâneo já não se ajusta ao simplismo dos mais avançados perante os mais atrasados, do subdesenvolvido face ao desenvolvido. A geometria espacial é agora mais complexa e nem toda será cartografável, facto que se sintetiza no conceito de *Sociedade de Risco*, de Ulrich Beck (1992).

Neste contexto de mudanças rápidas valorizam-se qualidades de adaptação activa, qualidades que valem para os indivíduos e para as comunidades no seu conjunto, mas também para os lugares. Este conceito de adaptabilidade activa, que se pode denominar resiliência, resulta de múltiplos factores (ADGER, 2000). O capital humano e

o domínio dos instrumentos da globalização, como as novas tecnologias, são fundamentais. A resiliência, enquanto flexibilidade perante as mudanças, resulta de uma acumulação de diversas formas de capital, desde o económico ao educativo e do ambiental ao tecnológico. A pobreza e os principais problemas de desenvolvimento estão associados a um processo de descapitalização múltipla e sistémica, com redução do poder de resiliência. Este processo pode ocorrer devido a diversos factores, desde a doença ao desemprego, este em simultâneo um factor mas também um sintoma de descapitalização.

É neste contexto de pessimismo e descrédito das metanarrativas desenvolvimentistas da modernidade e do progresso, relativamente às quais havia a crença na plena difusão social e espacial, que se criaram novos princípios orientadores das políticas de bem-estar, como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, talvez uma nova metanarrativa deste século XXI. Estes princípios, adoptados pela Assembleia-Geral do Milénio, em 2000, resultam de um compromisso assumido por agentes que, na actualidade, exercem controlo limitado sobre os fluxos económicos e financeiros.

Se bem que esta tomada de política tenha sido um passo importante, na verdade a concretização destas metas enfrenta dificuldades novas, como a referida desregulação, mas tem também de ultrapassar problemas que, não sendo uma novidade, continuam actuais enquanto factores acrescidos de criação de pobreza e descapitalização geral, sobretudo das populações mais vulneráveis. É o caso dos processos desterritorialização.

A desterritorialização de populações como factor de descapitalização

A pobreza, numa complexa relação sistémica, está associada a múltiplas vulnerabilidades. A desterritorialização é um factor que provoca e agudiza essas crises. Este conceito, já com um longo percurso nas ciências humanas, foi primeiro usado enquanto adjectivação de uma sociedade que, por via das novas tecnologias de mobilidade, se libertava dos efeitos de atrito das distâncias e das localizações. Nessa lógica, o grau de sucesso de uma empresa, para citar apenas um exemplo, dependeria mais da respectiva conectividade às redes imateriais de fluxos que da sua localização específica. Numa longa discussão entre economistas e geógrafos, anunciava-se o fim da importância estratégica dos referenciais de localização e, com este, o fim da Geografia. Na verdade, sem que esse positivismo radical se confirmasse, a própria ciência

geográfica incorporou o conceito de desterritorialização no seu corpo epistemológico (HAESBAERT, 2004). Os fenómenos sociais e económicos não têm uma lógica a-espacial mas, pelo contrário, têm uma múltipla territorialidade, ou uma multiterritorialidade, nas palavras do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004). Cada cidadão vive uma territorialidade diferente da do passado, agora condicionada quer pelas relações horizontais contínuas (os contactos diários com os familiares, os vizinhos ou os colegas de trabalho), quer pelas relações verticais descontínuas (por exemplo, a compra de um livro via Internet ou a participação num movimento social organizado em rede e que, também agora, tem nas novas tecnologias de informação um meio privilegiado de mobilização). Esta multiterritorialidade, sendo um capital de resiliência, é uma mais valia desde que autocontrolada. A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: No caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica. Esta fractura topofílica pode ocorrer *in situ*, sem alteração dos referenciais de localização do sujeito, mas pode também acontecer *ex situ*, isto é, implicando a deslocação do sujeito entretanto desterritorializado.

A desterritorialização *in situ* tem ocorrido em muitas áreas urbanas entretanto confinadas, por exemplo, por uma nova via rápida que se constrói e impede a mobilidade, criando situações pontuais de encravamento e insegurança. A doença e o envelhecimento podem também criar processos de desterritorialização *in situ*, no caso de não serem devidamente acompanhadas de medidas de compensação, como é, por exemplo, a manutenção de serviços fundamentais de proximidade. A desterritorialização *ex situ*, mais frequente, é um dos maiores problemas de desenvolvimento da actualidade e um dos mais importantes factores de vulnerabilidade e criação de pobreza. Guerras civis, crises ambientais lentas, como a desertificação, mas também catástrofes (naturais ou antrópicas) rápidas, estão entre os factores que mais populações têm deslocado e afastado dos seus territórios pessoais, territórios estes afectivos e funcionais. Ainda segundo Rogério Haesbaert (2004), essas deslocações forçadas, que são exemplificadas pelos cerca de 33 milhões de refugiados e deslocados internos referenciados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2006), formam *aglomerados móveis de exclusão*, um dos maiores desafios do combate da pobreza e do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Neste grupo de populações, os indicadores de desenvolvimento são afectados e a insegurança

aumenta, facto que se agudiza com a ausência de filiação estatal, apenas atenuada pela intervenção pontual e humanitária do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e de uma ou outra organização não governamental (WILLIAMSON, 2004).

Os processos de desterritorialização não são uma novidade do século XXI. A História das sociedades humanas tem sido marcada por desenraizamentos com estas características, alguns dos quais momentos de terror que ficaram na memória colectiva, como a deportação de judeus durante a II Guerra Mundial ou as deslocações forçadas para o antigo *gulag* soviético.

O afastamento forçado de comunidades relativamente aos seus territórios funcionais e simbólicos, espaço de vida económica mas também de filiação religiosa e identitária, resulta também da aplicação de determinados projectos de desenvolvimento.

Estes, procurando resolver alguns problemas, criam novos desequilíbrios com externalidades muitas vezes mal calculadas. Essa desadequação de muitos projectos devem-se mais a modelos de decisão exógenos, difusionistas e descendentes, que a processos endógenos, territorialistas, ascendentes e participados de decisão. Este ponto de vista, pode exemplificar-se com alguns projectos de suposto desenvolvimento sustentável, como a criação de áreas protegidas - parques naturais, parques nacionais e outras áreas classificadas que, a pretexto de um processo nalguns casos mal estruturado e centralizado de patrimonialização, pode bloquear o acesso das populações a recursos estratégicos, como a floresta e a água, com quebras nos modos de vida e na auto-estima individual e colectiva. Esta dinâmica de expansão e criação de novas bolsas de pobreza é tanto maior quanto mais baixo é o desenvolvimento humano médio dessas regiões e a respectiva resiliência das populações, o que terá efeitos acumulativos com aumento das vulnerabilidades.

Deste conjunto de projectos, o presente texto destaca a construção de barragens, um dos mais importantes meios de artificialização rápida e, na escala temporal da vida humana, irreversível, da superfície terrestre. Provocando mudanças radicais no ambiente, as barragens, sobretudo as de grande dimensão, submergem vales, alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais e podem, como ocorreu em muitos casos, submergir núcleos de povoamento com consequências directas na desterritorialização de comunidades autóctones que, deste modo, se vêm forçadas a abandonar os respectivos territórios pessoais.

A construção de barragens e a desterritorialização das populações

Não é fácil discutir o balanço entre as vantagens e as desvantagens da construção de infra-estruturas como as barragens, reflexão que não cabe dentro dos principais objectivos deste texto. Independentemente das consequências positivas, ao nível da produção energética ou da disponibilidade de água para irrigação e outros consumos, em lugares onde esta é carente e também em épocas do ano onde essa água escasseia, as deslocações de comunidades humanas constituem um dos mais importantes efeitos negativos desta alteração brusca do ambiente. O cinema, mas também a literatura, têm sido um dos meios de denúncia deste processo que, em muitos casos, acentua vulnerabilidades e empurra grupos humanos para o ciclo da pobreza. Nas obras literárias, Machado (1999), Lobato Faria (2000) ou Edric (2006), envolveram personagens em ambientes de mudança, acompanharam vidas humanas em contextos de enchimento de vales e desaparecimento de territórios de vida, processo também reflectido por Jia Zhang-Ke (2007), no filme *Still Life – Natureza Morta*, que acompanha as mudanças sociais e paisagísticas que ocorrem com o desaparecimento da cidade chinesa de Fengjie sob as águas da Barragem das Três Gargantas¹.

À escala global, no final do século XX, existiam cerca de 45000 barragens de grandes dimensões, distribuídas por 140 países (WCD, 2000). A China, com 22000 grandes barragens; os EUA com 6575; a Índia, com 4291; o Japão com 2675 e a Espanha com 1196 são os países com um mais elevado número de represas com maiores dimensões (McCully, 2001)².

A China, os EUA e a Índia destacam-se nesta lista não apenas pela dimensão absoluta do seu território mas também pelo modelo de desenvolvimento adoptado. No caso dos EUA, a construção de barragens tirou partido dos recursos financeiros e técnicos que se colocaram ao dispor de projectos para a alimentação hídrica e energética das principais metrópoles. À escala global, o número de barragens construídas

¹ Neste trabalho de Zhang-Ke, faz-se referência à destruição, em 2 anos, de uma cidade com 2 mil anos de História, naquele que é um processo radical de compressão e aceleração temporal. Também John Boorman (1985), com o filme *A floresta esmeralda*, incorporou este tema no imaginário cinematográfico, ao acompanhar a revolta das comunidades locais num território peruano durante a construção de uma barragem.

² A ICOLD (International Commission on Large Dams) classifica como grande barragem aquela que tiver mais de 15 metros entre as fundações e o topo do paredão. Esta mesma associação de construtores atribui ainda o estatuto de grande barragem à represa que, tendo menos de 15 e mais de 10 metros de altura, tenha um paredão com mais de 500 metros de comprimento; uma capacidade de reserva de, pelo menos, 1 milhão de m³ de água e uma potência de descarga de, pelo menos, 2000 m³ de água por segundo (McCULLY, 2001).

aumentou sobretudo nas décadas de 1950 a 1990, num ciclo que inclui as barragens edificadas no território chinês durante o ‘Grande Salto em Frente’, uma política expansionista e de obras públicas lançada por Mao Tse Tung entre o fim da década de 50 e os inícios da década de 60. Este ciclo de construção de grandes barragens, cerca de 10 000 só nas décadas de 70 e de 80, inclui empreendimentos na Europa, nos Estados Unidos da América, mas também em África e, em especial, na Índia (McCully, 2001). A construção de barragens foi uma aposta política e um símbolo do progresso indiano do após independência. O levantamento de represas em territórios centrais como os Estados Unidos da América serviu de inspiração e modelo a este surto desenvolvimentista dos novos países³.

De facto, para além da funcionalidade real (e muito discutida) destes projectos difusionistas de desenvolvimento, a construção de barragens é um instrumento de afirmação do poder das elites e dos países emergentes. A Barragem de Sardar Sarovar, no Estado indiano de Gujarat, começada a construir em 1987 e ainda não concluída (se se tiverem em conta todos os projectos envolvidos, como a rede de canais), é um exemplo paradigmático. Esta política de rápida artificialização da paisagem sofreu forte impulso do Banco Mundial, instituição central no apoio técnico e financeiro à expansão destas infra-estruturas (WORLD COMMISSION ON DAMS; 2000).

Pelo modelo de desenvolvimento que implicam, a construção de barragens tem sido alvo de um intenso debate ideológico e político (LESLIE, 2005). Por exemplo, discutem-se os efeitos climáticos e hidrológicos da edificação de barragens mas, essa conflitualidade é mais enérgica quando se foca nos efeitos directos e indirectos do enchimento desses lagos artificiais sobre as populações, em especial as comunidades residentes com mais baixos níveis de desenvolvimento humano. Com efeito, a deslocação involuntária e pouco compensada (desterritorialização) de comunidades humanas tem sido um dos mais directos e duradouros efeitos humanos da construção de barragens⁴.

³ Nesta associação das barragens ao desenvolvimento, foi simbólica a construção, em 1935, da Barragem Hoover, no Rio Colorado, nos Estados Unidos da América (LESLIE, 2005).

⁴ Esta submersão de lugares deve-se à localização ribeirinha de muitas povoações, sobretudo em países de fortes densidades populacionais nas proximidades das linhas de água. Os rios, na China e na Índia, por exemplo, foram importantes factores de estruturação do povoamento. Enquanto linhas de circulação e territórios de recursos, os rios atraíram muitas populações para as suas margens, povoamento agora expulso com a subida da cota da água.

Os exemplos abundam, desde o Vale de Narmada, na Índia, a casos na China e em países sul-americanos, como o Brasil ou em África⁵. No âmbito do Plano de Desenvolvimento do Vale de Narmada estão, construídas ou projectadas, cerca de 3200 barragens (ROY, 2001). O plano energético e de gestão hídrica da Índia independente teve efeitos humanos ainda não calculados mas que se conjectura estarem próximos dos 50 milhões de deslocados, com consequentes perdas de solos aráveis e territórios simbólicos e económicos (ROY, 2001).

Têm-se também discutido os efeitos da Barragem das Três Gargantas, construída no rio Yangtze, na Província chinesa de Hubei. Como mostra o filme de Jia Zhang-Ke, este reservatório vai submergindo núcleos de povoamento, espaços económicos, territórios simbólicos sob o ponto de vista religioso e vestígios arqueológicos (CHETHAM, 2002). Com 185 metros de altura, a maior barragem do mundo provocará, segundo as estimativas, cerca de 4 milhões de deslocados ao longo do processo de enchimento e de concretização de todo o projecto hidrológico⁶. Como refere Allin (2004, p.29), *“Water from the Three Gorges Dam will inundate 4000 villages, 140 towns, 13 cities, and 1000000 acres of farmland, displacing people from not only their homes, but their jobs, culture, and way of life. Some of the villages and towns to be flooded are thousand of years old”*. Se bem que o governo chinês tenha em desenvolvimento projectos de realojamento das populações, o processo tem sido lento e nem sempre eficaz, o que virá a dificultar as requeridas dinâmicas de reterritorialização. Ainda segundo este autor, as dificuldades nos realojamentos incluem a água potável, a electricidade, alimentação, escolas, serviços médicos, transportes e comunicações, segurança ambiental e alojamento – um conjunto de variáveis fundamentais para uma reterritorialização saudável e consequente. Segundo dados do Banco Mundial (1994), dos 10 milhões de deslocados por efeito das barragens na China, 46% encontravam-se, à data da publicação desse relatório, num estado de pobreza extrema.

Essa deslocação forçada, que afasta populações dos seus territórios do quotidiano e dos respectivos lugares simbólicos, resulta da centralidade pouco

⁵ O Banco Mundial (2000) contabilizou, por exemplo, 49500 deslocados em Itaparica (no Brasil); 240000 no Alto Krishna (Índia); 84400 em Shuikoi (China); 10600 em Nangbeto (Togo) e 24000 em Kedung Ombo (Indonésia).

⁶ Neste, como noutros casos, as estatísticas variam. Para Deirdre Chetham (2002), esta barragem chinesa deslocará cerca de 1,2 milhões de residentes. Estas discordâncias estarão relacionadas com o critério adoptado. Para alguns autores, a barragem é apenas o território de enchimento do lago artificial, a montante do paredão. Para outros, a barragem deve ser entendida como um projecto hidrológico mais vasto, incluindo represas secundárias e sistema de canais. Por outro lado, existem também variações que dependem das cotas de enchimento.

participada destas decisões de desenvolvimento mas tem também raízes na inexistência, em muitos países, de vínculos legais entre as populações e as terras, o que resulta, na óptica dos promotores, não na expulsão de comunidades mas sim na legítima incorporação desses solos na lógica do interesse colectivo (SOTO, 2002).

Quando não devidamente acompanhados por medidas concretas de realojamento ou quando estas não passam de meros paliativos, a desterritorialização destas populações conduz com frequência à sua posterior realocação em áreas urbanas. Assim se alimentam processos desequilibrados de urbanização, fazendo aumentar cidades que perderam urbanidade, como ocorre em muitas metrópoles gigantes do globo. Aqui se fixam, nas palavras de Haesbaert (2004), aglomerados móveis de exclusão, que procuram nos espaços urbanos uma difícil oportunidade de reterritorialização, isto é, um processo de atenuação da desterritorialização que para ali as conduziu⁷.

Estes desequilíbrios deram origem a movimentos sociais de contestação à escala local, com a intervenção de figuras públicas, como a escritora indiana Arundhati Roy⁸. Num outro registo, a luta contra as barragens foi uma das motivações da ecologia profunda (deep ecology, no original) nos EUA. A novela ideológica *The Monkey Wrench Gang*, publicada por Edward Abbey em 1975, retrata o protesto dos militantes e a sabotagem às intervenções ambientalmente agressivas, quer de privados quer de agentes públicos, no Sudoeste dos EUA. Nesta obra, a Barragem de Glen Canyon, construída em 1966, no Rio Colorado, foi uma das principais obras visadas.

Essas contestações localizadas evoluíram para um movimento global em rede, que pressionou o Banco Mundial, principal promotor destas infra-estruturas, a criar a Comissão Mundial de Barragens (*World Commission on Dams*, no original)⁹. Criada em

⁷ Estes desterritorializados, que depois se aglomeram em espaços urbanos quase sempre desqualificados, são resultado de múltiplos factores, como os desequilíbrios regionais de desenvolvimento, guerras civis, a criação de áreas protegidas que expulsam as populações autóctones, mas também a construção de barragens. Esta urbanização compulsiva, um dos grandes problemas de ordenamento do território e desenvolvimento do século XXI, acaba por alimentar sectores informais da economia que, ainda assim, garantem o quotidiano destes novos residentes nestes núcleos centrais de povoamento (POTTER *et al*, 2004).

⁸ Arundhati Roy é autora de um manifesto, *Pelo bem comum* (2001), no qual denuncia os efeitos sociais da construção de barragens no Vale de Narmada, na Índia.

⁹ No Brasil, país pioneiro nesta mobilização de protesto, o *Movimento dos Atingidos pelas Barragens* organizou-se depois das consequências sociais da construção de grandes barragens, sobretudo após os anos 70. Os grupos de protesto difundiram-se pelo país e, em 1989, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões. Em 1991 é realizado o I congresso dos atingidos de todo o Brasil, no qual se decide que o

1997, esta comissão reúne o Banco Mundial com a União Internacional para a Conservação da Natureza (*The World Conservation Union*, no original) e representantes de organizações não governamentais, de interesses privados e das populações locais. O objectivo deste grupo de trabalho seria a discussão sobre possíveis consensos e princípios gerais a seguir na construção de barragens. Os resultados foram publicados em 2000, com o relatório *Dams and development* (2000). Esta comissão, não bloqueando caminho a novos grandes empreendimentos, aconselha a tomada de decisões num modelo mais participado e que seja, em simultâneo: a) *Justo* – todos os agentes (construtores, residentes, ambientalistas, políticos), devem intervir não para a defesa de interesses restritos mas para se alcançarem metas justas de relevância colectiva; b) *Inteligente* – isto é, fazendo uso de toda a informação disponível; c) *Eficiente* – no sentido de aplicação rigorosa das decisões, sempre na lógica da diminuição das externalidades e da máxima potencialização dos recursos; d) *Estável* – com a criação duradoura de acordos. No fundo, esta comissão propõe a implantação destas infra-estruturas com base num modelo de desenvolvimento territorialista e endógeno.

Reforçando estas directivas, o Banco Mundial (2000) reconheceu que a dimensão humana teria sido negligenciada nos anteriores ciclos de edificação de barragens pelo que, aconselha, só devem apostar na construção de grandes represas os países que tenham efectivos meios de acautelar as consequências negativas sobre as comunidades locais.

Estes princípios e recomendações gerais, à semelhança do que ocorre com outros documentos de doutrina, apenas se efectivarão no terreno caso haja vontade e mobilização política. Caso contrário, pouco mais serão que letras esvaziadas de conteúdo, com escassos efeitos directos na qualidade de vida das populações.

movimento deve ficar enraizado em lutas locais mas articulado à escala nacional. O dia 14 de Março, a partir daí celebrado em todo o país, é também classificado como o *Dia Nacional de Luta Contra as Barragens*. Esse encontro assumiu uma organização periódica, de 3 em 3 anos. Em 1997, também no Brasil, em Curitiba, realizou-se o *1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens*, com a participação de representantes de 20 países. Dessa reunião nasceu a *Declaração de Curitiba*, que estrutura as lutas internacionais e declara 14 de Março o *Dia Internacional de Luta Contra as Barragens*. Foi esta articulação que levou à criação da *Comissão Mundial de Barragens* (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS, 2008).

Conclusão

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram redigidos como meio de atenuar os deficits de um progresso que, ao contrário do que se acreditava, não chegou a todos. A metanarrativa do bem-estar absoluto não se cumpriu e a população mundial chegou ao século XXI com fortes desigualdades. Apesar disso, a economia mundial tem crescido e há maior criação de riqueza. Acontece que esta circula por meios desregulados, fora do alcance dos tradicionais agentes de redistribuição - os Estados. O aumento das interdependências globais criou incertezas e futuros imprevisíveis, características de um quadro social de risco e vulnerabilidade, potencial factor de manutenção de bolsas de pobreza ou aglomerados (fixos ou móveis) de exclusão. A concretização prática dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio deve enfrentar processos estruturais que criam condições para a persistência dessas bolsas de pobreza. A desterritorialização, enquanto perda de vínculos e de controlo de territórios funcionais e simbólicos, é um desses factores de persistência de aglomerados de exclusão. Não sendo, historicamente, um processo novo, a desterritorialização é também derivada de projectos de desenvolvimento recentes, sobretudo os que resultam de modelos difusionistas de decisão. Neste texto, destacou-se a construção de grandes barragens. Os seus efeitos na deslocação forçada de comunidades humanas alimentaram movimentos sociais de contestação. O próprio Banco Mundial, principal promotor destes projectos, patrocinou a Organização Mundial das Barragens, instituição de peritos que congrega múltiplos interesses. Esta deixou recomendações para o futuro, sem as quais o efectivo cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não ocorrerá. O sistema global não pode, por um lado, assumir compromissos retóricos, como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e, por outro, apoiar técnica e financeiramente, projectos de desenvolvimento que têm fortes externalidades, geradoras de mal-estar, pobreza e insegurança no sentido mais geral do termo. A pobreza não está desligada do progresso, este acumulará problemas se não assumir uma face humana. Sem a resolução de problemas estruturantes como a desterritorialização, o discurso assumido na Assembleia do Milénio poder-se-á tornar uma nova metanarrativa não concretizada.

Bibliografia

ABBEY, Edward (1985); *The monkey wrench gang*; 10th Anniversary Edition; Dream Garden Press; Salt Lake City.

ADGER, W. Neil (2000). "Social and ecological resilience: are they related?"; in *Progress in Human Geography* 24(3); Edward Arnold; London.

ALLIN, Samuel R. F. (2004); *An examination of China's Three Gorges Dam Project based on the framework presented in the report of The World Commission on Dams*; Virginia Polytechnic Institute and State University; Blacksburg.

BANCO MUNDIAL (2000); "Restabelecimento involuntário da população. A experiência com as grandes barragens; in *Précis*, nº 194; Departamento de Avaliação Retrospectiva das Operações; Nova Iorque.

BARLACH, Lisete (2005); *O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito*; Instituto de Psicologia; São Paulo.

BECK, Ulrich (1992); *The risk society. Towards a new modernity*; Sage Publications; London.

CHEHAM, Deirdre (2002); *Before the deluge. The vanishing world of the Yangtze's Three Gorges*; Palgrave MacMillan; New York.

EDRIC, Robert (2006); *O engenheiro inglês*; Col. Contemporânea, nº 138; Publicações Europa-América; Mem Martins.

FARIA, Rosa Lobato de (2000); *O prenúncio das águas*; Círculo de Leitores; Lisboa.

HAESBAERT, Rogério (1995); "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados"; in Iná Elias de Castro *et al*, *Geografia: conceitos e temas*; Bertrand Brasil; Rio de Janeiro.

HAESBAERT, Rogério (2004); *O mito da desterritorialização*; Bertrand Brasil; Rio de Janeiro.

HARVEY, David (2002); *The condition of postmodernity*; Blackwell; Cambridge.

JING, Jun (2007); *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development - China report*; World Commission on Dams;

LESLIE, Jacques (2005); *Deep water. The epic struggle over dams, displaced people, and the environment*; Farrar, Strauss and Giroux; New York.

LYNN, M. (1997); *Yangtze river: the wildest, wickedest river on earth*; Oxford University Press; Hong Kong

MACHADO, Alice (1999); *O vale dos heróis*; Col. Contemporânea, nº 21; Publicações Europa-América; Mem Martins.

MCCULLY, Patrick (2001); *Silenced rivers. The ecology and politics of large dams*; Zed Books; London & New York.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS (2008); <http://www.mabnacional.org.br> (consultado a 23 de Fevereiro)

POTTER, Robert B. *et al* (2004); *Geographies of development*; Pearson; Prentice Hall; Harlow; England.

ROLFE, Rebecca Eve (2006); “Social Cohesion and Community Resilience: A Multi-Disciplinary Review of Literature for Rural Health Research”; in *Social Cohesion and Community Resiliency Working Group of the Atlantic Canada based Rural Centre*.

ROY, Arundhati (2001); *Pelo bem comum*; Edições Asa; Porto.

SACHS, Jeffrey (2005); *O fim da pobreza*; Casa das Letras; Lisboa.

SEN, Amartya (2003); *O desenvolvimento como liberdade*; Trajectos, nº57; Gradiva; Lisboa.

SOTO, Hernando de (2002); *O mistério do capital*; Notícias Editorial; Lisboa.

UNHCR (2006); *Statistical Yearbook 2006*; Geneve.

WET, Chris de (2007); *The experience with dams and resettlement in Africa*; World Commission on Dams;

WILLIAMSON, Katharine (2004); *AIDS, gender and refugee protection framework*; RSC Working Paper, n. 19; Refugees Studies Centre; University of Oxford.

WORLD BANK (1994); *China: Xiaolangdi Resettlement Project*; Report nº 12557; Washington, D. C.

WORLD COMMISSION ON DAMS (2000); *Dams and development*; Earthscan; London.